

Informe FUP

01.07.2008

Mudanças feitas pela Petrobrás podem inviabilizar empréstimo pessoal da Petros

Não bastasse a total falta de empenho da Petrobrás em viabilizar o convênio com a Caixa Econômica Federal para poder garantir aos trabalhadores da ativa acesso a empréstimos habitacionais com juros abaixo do que é praticado no mercado, agora a empresa tenta também inviabilizar os empréstimos pessoais junto à Petros.

A Petrobrás mudou recentemente os critérios de desconto na folha salarial dos trabalhadores da ativa, de forma que somente os descontos previstos por lei – INSS, Imposto de Renda, Pensão Judicial – e os da AMS e dos Planos Petros e Petros 2 podem ser feitos diretamente sobre o salário bruto. Os demais descontos, inclusive os empréstimos pessoais financiados pela Petros, incidem sobre margens consignáveis do salário líquido, que variam de 30% a 40%, dependendo da finalidade.

Estes critérios estão impedindo vários trabalhadores de arcarem com o pagamento dos empréstimos feitos com o fundo de pensão, que, apesar de terem sido calculados com base no salário bruto, os descontos mensais ficam sujeitos ao limite da margem de 30% do salário líquido. Por isso, um número cada vez maior de participantes do Plano Petros que são beneficiados com estes empréstimos tem ficado inadimplente. Logo no primeiro mês após as mudanças feitas pela Petrobrás, a inadimplência atingiu cerca de 900 participantes do Plano. Atualmente, já chega a 1.200 petroleiros.

O resultado é que a Petros já começa a cogitar acabar com os empréstimos pessoais, alegando que não está conseguindo atingir com este tipo de investimento a rentabilidade mínima exigida (IPCA mais 6% ao ano). A Petros informou que está cobrando da Petrobrás que os descontos em folha dos empréstimos pessoais tenham o mesmo tratamento dos descontos feitos para a AMS e as contribuições dos planos Petros e Petros 2, incidindo sobre o salário bruto, livre, assim, da margem consignável.

Direção Colegiada da FUP